



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640031 - MG (2021/0012630-4)

RELATOR : **MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
IMPETRANTE : MATHEUS RODRIGUES MAGALHAES E OUTRO
ADVOGADOS : MATHEUS RODRIGUES MAGALHAES - MG148288
ATHANAEL FERNANDES DOS SANTOS - MG153132
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : ISAIAS DOS SANTOS SILVA (PRESO)
PACIENTE : JACIEL MARTINS DE FARIA CARVALHO (PRESO)
PACIENTE : JULIANO CARLOS DE CARVALHO (PRESO)
CORRÉU : GUSTAVO JUNIO DOS SANTOS
CORRÉU : GABRIEL JUNIO SOUZA DE OLIVEIRA
CORRÉU : IZAIAS SANTOS DE OLIVEIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ISAIAS DOS SANTOS SILVA, JACIEL MARTINS DE FARIA CARVALHO e JULIANO CARLOS DE CARVALHO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.21.003157-1/000).

Os pacientes estão presos preventivamente pela suposta prática do delito tipificado no art. 158 do Código Penal.

Os impetrantes sustentam a ocorrência de excesso de prazo dada a manutenção das custódias cautelares frente a não conclusão da investigação policial no prazo de 10 dias.

Defendem a ilegalidade das prisões, ao argumento de que apenas quando "já expirado o prazo para conclusão do referido inquérito, no dia seguinte ao pedido de relaxamento, foi o referido inquérito (0012054-17.2020.8.13.0080) encerrado e entregue à secretaria do juízo, bem como, encaminhado ao r. Ministério Público que, naquela mesma data ofereceu denúncia e posteriormente, conclusos ao juízo de primeiro grau a recebeu" (e-STJ fl. 4)

Requerem, liminarmente, que os pacientes possam aguardar em liberdade o julgamento da ação penal, aplicando-lhe medidas alternativas à prisão, caso se mostrem necessárias. No mérito, pugnam pela concessão da ordem para que seja confirmado o pleito sumário.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

**AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS.
EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM
PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO**

CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.
[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, porquanto a decisão objurgada não se mostrou teratológica, restando fundamentada a negativa do pleito liminar, ainda que de forma sucinta .

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência